

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Caju e o poder do MDB.....	2
Título: Governo vai subsidiar diesel até dezembro.....	3
Título: Obra de usina no Porto do Açu deve gerar 3 mil vagas.....	5
Título: Eletrobras estende prazo para vender distribuidoras.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	6
Título: Mesmo ainda na lista suja, Odebrecht recebeu R\$ 5 bi por contratos antigos.....	6
Título: Portaria fixa cota de biodiesel para pequeno produtor.....	8
Título: Paralisação de Comperj inviabiliza ferrovia.....	9
Título: Sem chuvas, conta de luz ficará com bandeira vermelha.....	10
Título: Eletrobras amplia prazo para entrega de distribuidoras.....	10
Título: Resultado de estados e royalty amenizam rombo das contas.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	13
Título: Eletrobrás amplia prazo para venda de subsidiárias.....	13
Título: Governo deve manter desconto de R\$ 0,46 no diesel.....	14
Título: Falta de chuva afeta produção recorde de energia de Itaipu.....	15
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	16
Título: Gasolina a R\$ 3,99.....	16
VEÍCULO: Valor Econômico.....	17
Título: Governo deve renovar o congelamento do diesel.....	17
Título: Eletrobras estica para o fim do ano o prazo para privatizar distribuidoras.....	20
Título: ONS reduz para 1,6% previsão de alta do consumo de energia em 2018.....	21
Título: Prumo avalia participar de leilão de energia este mês.....	22

Título: Linkx pretende duplicar as operações no mercado livre	23
Título: Curtas	24

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: José Casado

Título: Caju e o poder do MDB

Milionário e aposentado, Henrique Meirelles prepara sua maior aposta, a candidatura presidencial pelo MDB. O investimento pessoal previsto é de R\$ 35 milhões, mas pode dobrar na campanha, hoje aprisionada na lanterna das pesquisas.

Meirelles é um tipo anfíbio na política. Atravessou os governos Lula (Banco Central), Dilma Rousseff (Conselho Olímpico) e chegou à Fazenda de Michel Temer por influência do amigo empresário Joesley Batista, do grupo J&F (antigo JBS).

Aos 72 anos, Meirelles foi adotado pelo MDB, cuja fonte de oxigênio é o governo, não importa qual seja. O partido representa, na foto do dia, a antítese da renovação na política: agrupa oligarquias sob lideranças com idade média de 70 anos. Seu elixir da longevidade está no controle do Congresso. Para mantê-lo, encontrou um candidato presidencial disposto a gastar o próprio dinheiro, liberando R\$ 234 milhões do fundo público para reeleição de 18 senadores e 51 deputados.

A relação do MDB com o poder e os cofres públicos é única. Tem como raiz a hegemonia nas emendas aos projetos governamentais na Câmara e no Senado.

Símbolo desse domínio é Romero Jucá, presidente do partido, pernambucano de 63 anos com dois terços de vida enriquecida na dedicação a governos.

Senador há 24 anos, se tornou uma espécie de relator-geral da República, decidindo 907 propostas legislativas, média de 37 por ano, ou uma a cada dez dias. Já determinou o conteúdo de 62 emendas à Constituição, 73 medidas provisórias e 413 projetos, incluindo a atual lei eleitoral. Essa é a fonte do poder de barganha do seu MDB com governos e empresas ansiosas por privilégios.

Com Temer, **Moreira Franco** e Eliseu Padilha, chancelou a candidatura de Meirelles e coordena a ofensiva do MDB para continuar com a maior bancada do Congresso. Jucá era Caju na lista de codinomes do departamento de subornos da Odebrecht. Coleciona meia dúzia de inquéritos, metade na Lava-Jato. Agora, planeja uma reforma da Carta, para estancar a sangria nacional.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Eliane Oliveira, Bárbara Nascimento E Ramona Ordonez

Título: Governo vai subsidiar diesel até dezembro

Novo decreto vai regulamentar subvenção de R\$ 0,30 ao preço do litro do combustível, estendendo medida acertada com caminhoneiros em maio para pôr fim à greve. Moreira pede à Petrobras para suspender manutenção de plataforma

Brasília e Rio- O governo deve manter o desconto total de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel, concedido para acabar coma greve dos caminhoneiros, até dezembro. Além disso, o preço-base a partir do qual é aplicado o desconto deve ser mantido no mesmo patamar, segundo integrantes da área econômica.

O Ministério da Fazenda prepara um novo decreto com as regras para o subsídio de R\$ 0,30 por litro, que valerão de 1º de agosto até o fim do ano. O valor é o mesmo da medida editada no início de junho. Trata-se da parcela que o governo precisa pagar à Petrobras e demais fornecedores do combustível. A União gastará até R\$ 9,5 bilhões para bancar o desconto. O restante R\$ 0,16 por litro de desconto é concedido por meio de desonerações de impostos.

Com a decisão de não alterar o preço de referência, os valores nas refinarias devem ficar os mesmos por pelo menos mais um mês. Depois, podem ser reajustado — mas mantendo o desconto.

— Houve pouca oscilação no preço do diesel, e optou-se por manter o mesmo valor de referência — disse uma fonte da área econômica.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, evitou fazer comentários sobre o novo decreto. Depois de se reunir com o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, na noite de ontem, ele disse que não tratou desse assunto.

Moreira pediu ontem a Monteiro que a Petrobras adie a parada programada da plataforma de Mexilhão, que opera no pré-sal na Bacia de Santos, para manutenção e realização de obras de infraestrutura. Isso porque a unidade fornece gás para a produção de energia em termelétricas nesta época do ano, em que os níveis dos reservatórios das hidrelétricas estão baixos. A parada acabaria tendo impacto na conta de luz.

Monteiro não falou com a imprensa após a reunião com Moreira. O ministro disse apenas que a conversa com Monteiro "foi excelente", sem informar qual foi o posicionamento da Petrobras. Segundo ele, a estatal divulgará hoje nota sobre a reunião.

A Petrobras deve fazer uma apresentação sobre o assunto na reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), amanhã. O comitê reúne as principais autoridades do setor elétrico do país e se reúne mensalmente. Para substituir os 15 milhões de metros cúbicos produzidos diariamente por Mexilhão, a petroleira vai aumentar a oferta de gás natural liquefeito (GNL) em mais 20 milhões de metros cúbicos por dia. A questão é que o GNL custa mais porque é importado, o que deve elevar o custo da energia. Outra opção é o acionamento de usinas a óleo, mais caras e poluentes.

Na manhã de ontem, ao participar de um evento da Firjan, no Rio, Moreira Franco anunciou que iria pedir a Monteiro o adiamento da parada da plataforma. Mas ressaltou que não faria o pedido pelo fato de a empresa ser estatal. Segundo Moreira, o pedido também seria feito se a petroleira fosse privada.

"IMPACTO NO BOLSO"

O ministro ressaltou que a estatal está fazendo a parada programada da plataforma de forma legal, com as autorizações devidas, mas disse entender que seria importante realizar a manutenção em outra época, fora do período de estiagem:

— A única coisa que vou fazer é um apelo. Vamos analisar se é tecnicamente possível fazer daqui a um ou dois meses, porque isso vai garantir que a situação

das chuvas esteja melhor e, conseqüentemente, não punirá o consumidor brasileiro. O objetivo desse esforço é diminuir o impacto no bolso das pessoas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Obra de usina no Porto do Açu deve gerar 3 mil vagas

As obras do complexo de gás natural que está sendo construído no Porto do Açu, no Norte Fluminense, vão gerar cerca de 3 mil empregos diretos nos próximos anos. De acordo com José Magela, diretor-presidente da Prumo Logística, operadora do porto, somente na construção da usina termelétrica GNAll, cujas obras começarão em 2019, serão geradas 2.500 vagas.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, assinou ontem contrato de outorga para a construção e operação da GNA II, que terá 1.700 mégawatts (MW) de capacidade. Só a usina exigirá investimentos na faixa de R\$ 4,1 bilhões.

O complexo contará com outra usina, a GNA I, que já está em construção, com cerca de 600 trabalhadores, e terá capacidade de 1.300 MW, além de um terminal de gás natural liquefeito (GNL), com capacidade diária de 21 milhões de metros cúbicos. Quando forem iniciadas as obras da GNA II, a construção da primeira usina já estará avançada, segundo os responsáveis pelo projeto.

A termelétrica GNA I está prevista para entrar em operação em 2021, e a GNA II, em 2023. Já para o terminal de GNL, a previsão de conclusão é 2020.

O complexo de gás é um projeto da GNA, que é uma subsidiária da Prumo Logística em associação com a Siemens e a petroleira BP. Ao todo, o complexo exigirá investimentos totais de cerca de R\$ 8 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Eletrobras estende prazo para vender distribuidoras

Brasília- A Eletrobras estendeu para 31 de dezembro o prazo para a venda de distribuidoras de energia da estatal que operam no Norte e Nordeste do país. Antes, a data máxima para o leilão de privatização era 31 de julho. Desde meados de 2016, a estatal tenta vender essas empresas, que estão altamente endividadas, mas o processo tem sofrido atrasos.

O aumento do prazo foi aprovado ontem pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, sob a condição de que a Eletrobras não faça mais aportes nas empresas. A medida foi necessária para viabilizar os leilões, assinar os contratos, e passar o comando das companhias para os novos operadores, após eventual venda.

Na semana passada, a Eletrobras conseguiu vender a distribuidora do Piauí para a Equatorial, única participante da licitação. O próximo leilão está marcado para 30 de agosto para vender as empresas que atuam no Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. A venda da companhia de Alagoas está suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

O edital prevê que cada distribuidora será vendida por R\$ 50 mil. Entretanto, os novos concessionários terão de fazer R\$ 2,4 bilhões em investimentos. Elas acumulam mais de R\$ 15 bilhões em prejuízos e cerca de 35 bilhões em dívidas. A maior parte dessa conta, pouco mais de R\$ 20 bilhões, corresponde apenas à empresa do Amazonas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Thais Bilenky

Título: Mesmo ainda na lista suja, Odebrecht recebeu R\$ 5 bi por contratos antigos

Empresa foi vetada em novas licitações, mas teve negócios já firmados mantidos após Lava Jato

A Odebrecht recebeu R\$ 5,337 bilhões da Petrobras de janeiro de 2015 a junho de 2018, período no qual esteve na lista suja da estatal, o que a impedia de assinar novos contratos.

Os valores se referem a negócios fechados antes do bloqueio a que foi submetida pela estatal, em dezembro de 2014, em decorrência das revelações da Operação Lava Jato, iniciada em março daquele ano.

À época, a então presidente da Petrobras, Graça Foster, resolveu impedir novas contratações de 23 empresas investigadas, mas manteve vigentes os contratos já assinados.

A Odebrecht permaneceu sendo remunerada por serviços de exploração de petróleo pelo seu braço Óleo e Gás, hoje chamado Ocyan.

Na extensa troca de e-mails de Marcelo Odebrecht, que foi alvo de investigação, um trecho sobre esses negócios despertou a atenção da PF (Polícia Federal).

Na troca de mensagens com executivos da petroquímica Braskem, Marcelo estaria tratando de sobrepreço em contratos relacionados a sondas.

Quando interceptou os e-mails, a PF passou a investigar se contratos já existentes tinham indícios de super-faturamento. Entre eles, estavam os navios sonda Norbe, da Odebrecht Óleo e Gás, que foram mantidos e estão no bolo dos valores pagos pela estatal nos últimos quatro anos.

Dos 13 contratos em vigor da Odebrecht, 6 são relativos aos navios Norbe.

A Petrobras diz que “na Lava lato não há nenhuma decisão judicial que confirme a existência deste sobrepreço”.

A assessoria de imprensa da Odebrecht, por sua vez, afirmou à reportagem que Marcelo discutia modelos lícitos de operação comercial de sondas que ainda teriam de ser fabricadas para, então, serem operadas por empresas de exploração de petróleo. Disse ainda que as investigações concluíram que não havia irregularidades nesses contratos.

Procurada, a força-tarefa da Lava lato não respondeu.

Os 13 contratos da Odebrecht vigentes no período da lista suja somam R\$ 10,970 bilhões. Eles foram localizados pelo especialista em combate à corrupção Cláudio Weber Abramo, cofundador da entidade Dados.org.

O montante repassado pela Petrobras antes da Lava Jato, de 2011 a 2014, foi menos volumoso, de R\$ 2,617 bilhões.

Três são de serviços nas plataformas Delba, dois de construção e montagem industrial de plataformas.

Todos eles pertencem à Odebrecht Óleo e Gás (hoje Ocyan), salvo dois que são sociedade entre Odebrecht e a francesa Technip para afretamento e operação de dois navios de instalação de dutos.

No último dia 6, a Petrobras informou que assinou um termo de compromisso com o Grupo Odebrecht para levantar o bloqueio cautelar contra a empresa.

A decisão foi tomada depois de a Odebrecht firmar acordos de leniência com o Ministério Público Federal e com autoridades americanas e ter adotado medidas de prevenção, detecção e remediação de fraudes e corrupção.

O termo de compromisso abre caminho para a Ocyan voltar a participar de concorrências da Petrobras.

Já a Odebrecht Engenharia e Construção (antes chamada de Construtora Norberto Odebrecht) ainda terá de cumprir pontos do programa de integridade para que sua inclusão seja reavaliada.

A lista suja da Petrobras continua ativa para 14 empresas.

O site da transparência da estatal só passou a informar os valores que já foram quitados em contratos vigentes em fevereiro deste ano.

O saldo a pagar é informado em seu valor bruto, sem correções previstas nos contratos. Até então, não era possível saber o status dos contratos.

Mesmo com a mudança, a divulgação dos dados pode causar confusão. A data de assinatura de contratos, por exemplo, não é informada. São destacadas as datas de início e fim de vigência. Para a estatal o procedimento segue as normas da transparência.

Mas negócios suspensos, como os da Sete Brasil, aparecem como ativos na página de transparência da estatal, embora, segundo a Petrobras, não tenham saído do papel.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Portaria fixa cota de biodiesel para pequeno produtor

O governo publicou nesta segunda-feira (30) portaria com novas diretrizes para os leilões de biodiesel. A meta é estimular a participação de pequenas usinas, simplificar os certames e assegurar a pluralidade no setor, declarou **o Ministério de Minas e Energia**.

Segundo a pasta, de 5% a 10% do volume total comercializado nos leilões deverá ser comprado de produtores de pequeno porte, definidos como as 33,3 menores usinas de biodiesel que se habilitarem.

“Espera-se que aportaria beneficie usinas com capacidade de produção média de até 70 milhões de litros de biodiesel por ano”, afirmou o ministério, acrescentando que só poderão participar desse mercado prioritário pequenas

usinas com Selo Combustível Social — aquelas que compram uma quantidade mínima de matérias-primas de agricultores familiares ou suas cooperativas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Paralisação de Comperj inviabiliza ferrovia

O ministro de Minas e Energia, **Moreira Franco**, admitiu nesta segunda (30) que a ferrovia Rio-Vitória, um dos projetos estudados pelo programa de concessões de governo, não tem viabilidade econômica. Segundo ele, a obra depende da conclusão do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), que teve as obras suspensas em 2015.

Em encontro com empresários no Rio, Moreira Franco sugeriu que os presentes “façam pressão junto à Petrobras para que decida o mais rápido possível a retomada daquele complexo”. A estatal negocia concluir parte do projeto com a chinesa CNPC.

Durante o encontro, o ministro assinou a outorga da térmica GNA 2, que será implantada no Porto do Açu, projeto idealizado por Eike Batista e hoje controlado pela Prumo. Antes de discursar, ouviu o presidente da Prumo, José Magela, um apelo pela construção da ferrovia.

“Nós contávamos com o Comperj. Infelizmente, o empreendimento não se viabilizou e, conseqüentemente, não tivemos as condições materiais para que essa alternativa ferroviária fosse posta de pé”, respondeu o ministro.

O Comperj foi desenhado como um grande polo petroquímico, mas tem hoje apenas duas instalações previstas: uma unidade de tratamento de gás natural, já em obras, e a primeira etapa da refinaria, em negociação entre Petrobras e chineses.

A Prumo conta com a ferrovia para apresentar o Porto do Açu, no Norte-Fluminense com alternativa para o escoamento de grãos. “Esperamos que seja prioridade”, disse.

A empresa espera que o projeto seja incluído na concessão da Ferrovia Centro Atlântica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: Sem chuvas, conta de luz ficará com bandeira vermelha**

Os reservatórios das hidrelétricas, principal fonte de geração de energia do Brasil, podem enfrentar uma nova temporada de chuvas abaixo da média histórica entre o final deste ano e os primeiros meses de 2019, o chamado “período úmido”, em que geralmente se espera recuperação dos reservatórios, avaliam especialistas.

Segundo as previsões, vai chover menos nas usinas do que no ano passado, o que contribuiria para manter uma pressão sobre as contas de luz, que já estão desde junho com a bandeira vermelha nível 2, que eleva custos para os consumidores para sinalizar uma menor oferta de geração.

Um eventual desempenho abaixo da média nas chuvas significaria ainda a continuidade de um padrão negativo que tem se repetido desde ao menos a última hidrologia mais favorável para a produção hidrelétrica, no período chuvoso de 2011/2012.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: Eletrobras amplia prazo para entrega de distribuidoras**

Os acionistas da Eletrobras aprovaram nesta segunda-feira (30) a prorrogação do prazo de operação das distribuidoras de energia que estão em processo de privatização. A decisão, porém, condiciona o processo à garantia de recebimento de recursos do governo.

Após a privatização da Cepisa, que opera no Piauí, na semana passada, a Eletrobras ainda mantém sob sua responsabilidade as distribuidoras de Alagoas, Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

A primeira é alvo de liminar obtida pelo governo alagoano no STF (Superior Tribunal Federal). As outras dependem de aprovação no Congresso de lei permitindo a venda do controle. A princípio, o leilão está marcado para 30 de agosto.

Foi a terceira prorrogação de prazo concedida pelos acionistas da Eletrobras.

A princípio, o leilão seria no fim de 2017. Depois, em 31 de julho de 2018. Agora será em 31 de dezembro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maeli Prado

Título: Resultado de estados e royalty amenizam rombo das contas

Dívida bruta do setor público salta de 74% do PIB para 77,2% em seis meses

O superávit melhor do que o esperado de estados e empresas estatais e a arrecadação com royalties de petróleo ajudou a reduzir o rombo das contas do setor público no primeiro semestre.

O resultado confirmou um cenário mais confortável para a meta fiscal deste ano.

O déficit primário de União, estados, municípios e estatais ficou em R\$ 14,4 bilhões no período.

Apesar de negativo, é o melhor desempenho em três anos, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta segunda-feira (30).

Superávit ou déficit primário é o quanto de despesa ou receita o governo gera, após a quitação de seus gastos, sem considerar os pagamentos com os juros da dívida.

Enquanto o chamado governo central (governo federal, Banco Central e Previdência) ficou no vermelho em R\$ 28,7 bilhões entre janeiro e junho, os governos regionais (estados e municípios) registraram superávit de R\$ 13,2 bilhões.

É um resultado pior do que o de 2017, mas muito superior ao estimado no início do ano pela equipe econômica.

A meta para esses governos era de um superávit de R\$ 1,2 bilhão no ano todo, estimativa que, agora, foi elevada para R\$ 10 bilhões.

Essa melhoria se deve principalmente por causa dos ganhos do governo com royalties de petróleo, produto em alta no mercado internacional.

Esses recursos são divididos com estados e municípios.

As empresas estatais também devem entregar um resultado melhor do que o previsto. No primeiro semestre, elas tiveram um superávit de R\$ 1 bilhão, segundo o BC.

A meta para o ano dessas empresas era de déficit de R\$ 3,5 bilhões, mas o Tesouro espera agora um déficit de R\$ 164 milhões.

A meta para o setor público como um todo neste ano é de um rombo de R\$ 161,3 bilhões.

Na semana retrasada, a secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, afirmou que espera uma folga de no mínimo R\$10 bilhões em relação a esse objetivo.

Somente em junho, o setor público apresentou um déficit de R\$ 13,4 bilhões, o melhor resultado para o mês desde 2016, segundo o chefe-adjunto do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Lemos.

Segundo ele, o resultado foi melhor do que o do mesmo mês do ano passado porque houve alta de 2% nas receitas e queda de 1% nas despesas.

O BC também divulgou que a dívida bruta do setor público atingiu R\$ 5,1 trilhões em junho, ou 77,2% do PIB (Produto Interno Bruto). Em dezembro de 2017, esse percentual era de 74%.

Nessa trajetória, a dívida vai se aproximando cada vez mais de 80%.

Esse é o patamar acima do qual, na avaliação de agências de classificação de risco, a sustentabilidade do pagamento da dívida fica comprometida em países emergentes.

O resultado das contas públicas é divulgado de duas maneiras.

A primeira divulgação, pelo Tesouro Nacional, leva em conta a economia ou despesa apenas da União, enquanto a segunda trata do saldo de todo o setor público, incluindo governos regionais e empresas estatais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Eletrobrás amplia prazo para venda de subsidiárias**

Acionistas dão aval para que privatização ocorra até dezembro; sem isso, distribuidoras teriam de ser liquidadas

Os acionistas da Eletrobrás votaram a favor de prorrogar o prazo de prestação temporária de serviços das distribuidoras até 31 de dezembro deste ano.

A data aprovada em assembleia anterior se encerrava hoje. O ato era condição necessária para evitar a liquidação das empresas, que atuam no Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima e Alagoas. Acionista majoritária da Eletrobrás, a União, que detém 51% das ações ordinárias e 41% do capital social, votou pela prorrogação do prazo.

O BNDeS, que conduz o processo de privatização das distribuidoras, se absteve. Mas, para não dar a impressão de que o governo passou por cima do interesse dos minoritários, o representante do governo fez questão de deixar claro que os custos com a operação das distribuidoras a partir de agosto serão totalmente suportados pelas tarifas, fundos setoriais ou pela União, sem qualquer desembolso da Eletrobrás.

Esse ponto foi garantido por meio de uma portaria o Ministério de estaque, **Minas e energia (MME)**, publicada em 17 de julho, assegurando “neutralidade econômica” das despesas totais das companhias caso elas sejam liquidadas. Isso significa que, na prática, para o acionista minoritário, não haveria qualquer diferença se a eventual decisão de liquidação for tomada em julho ou em dezembro. O custo será zero. A Eletrobrás tem desembolsado cerca de R\$ 300 milhões por mês com as distribuidoras.

O custo só não é maior porque as empresas recebem recursos por meio da tarifa paga pelos clientes locais e empréstimos subsidiados, bancados por consumidores de todo o País. A partir de agora, porém, a Eletrobrás não terá mais esse gasto. Ao estadão/Broadcast, o Ministério da Fazenda esclareceu que a liquidação é um cenário que dificilmente vai acontecer. A pasta disse que, caso aconteça, o custo não será bancado pelo Orçamento da União, mas reconheceu que não há dinheiro disponível nos fundos setoriais para elevar os empréstimos subsidiados.

Os acionistas minoritários representados pelo fundo FIA Dinâmica e Banco Clássico votaram a favor da prorrogação, mas colocaram uma condição: caso as

empresas tenham de ser liquidadas, todo o custo ficaria com a União, e não com a companhia ou seus acionistas. Desde 2016, as distribuidoras estão em um regime precário de designação, em que a Eletrobrás é responsável por manter os serviços. Isso acontece porque a Eletrobrás decidiu não renovar a concessão das distribuidoras. Nessa hipótese, cabe ao governo leiloar a concessão para um novo operador. Até lá, no entanto, a Eletrobrás continua à frente das empresas. Na quinta-feira passada, o governo conseguiu vender a Cepisa (Piauí). A licitação das outras empresas foi marcada para 30 de agosto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Governo deve manter desconto de R\$ 0,46 no diesel

Novo decreto, que deve ser publicado até amanhã, vai definir o subsídio para o combustível que valerá até dezembro deste ano

O subsídio ao consumo de óleo diesel, criado pelo governo com o objetivo de encerrar a greve dos caminhoneiros, vai ser renovado. O decreto que será editado pelo governo para regulamentar a subvenção ao preço do diesel a partir de agosto deve manter o desconto de R\$ 0,46 por litro, segundo apurou o 'Estadão/ Broadcast'. O valor do subsídio, de R\$ 0,30, é o mesmo da medida editada em junho e que vigora até hoje. Somado a isso, há um desconto de R\$ 0,16 em impostos. O novo decreto, que define quanto e por quanto tempo importadores e produtores do combustível, principalmente a Petrobrás, vão receber por litro vendido, vale até dezembro. A subvenção do óleo diesel foi a saída que o presidente Michel Temer encontrou para acabar com a greve dos caminhoneiros. No dia 30 de maio, foi publicada a Medida Provisória 838, na qual a Presidência da República se comprometeu em usar até R\$ 9,5 bilhões do Tesouro para custear parte do diesel consumido pela população.

O compromisso se estende até o fim do ano ou até acabar o dinheiro. Por dois meses, que se encerram hoje, a União pagou R\$ 0,30 por litro a produtores e importadores para que mantivessem seus preços inalterados. Além disso, abriu mão de mais R\$ 0,16 em impostos. Essa parcela custará R\$ 4 bilhões aos cofres da União até o fim do ano. Com essas duas iniciativas, chegou-se ao desconto de R\$ 0,46 em cada litro de diesel comercializado por refinarias e importadores na ponta da cadeia produtiva até chegar aos postos de gasolina. Esse desconto, no entanto, nem sempre chegou aos consumidores finais, como demonstra o levantamento de preços realizado semanalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Fontes da Petrobrás afirmaram que a empresa não participa da discussão sobre o subsídio e que a companhia vai agir em linha com o que o Executivo determinar.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, evitou fazer comentários sobre o novo decreto. Após reunião de uma hora e meia com o presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, ele que não tratou desse assunto. “Essa é uma questão que está vinculada à ANP e ao Ministério da Fazenda. Eles estão cuidando disso, nós não cuidamos desse assunto”, comentou. O secretário executivo do MME, Márcio Felix, informou apenas que o texto do novo decreto está sendo finalizado. Essa será a terceira fase do programa de subvenção do óleo diesel, iniciado no fim de maio. Até agora, porém, o governo liberou somente uma pequena parcela do ressarcimento devido às empresas.

A diretoria da ANP aprovou no dia 26 o pagamento de R\$ 121 mil a duas pequenas refinarias, que respondem por um volume mínimo do diesel produzido no País – a Dax Oil Refino e a Refinaria de Petróleo Riograndense. Quase a totalidade do combustível é fornecida pela Petrobrás, que receberá a maior parte do subsídio e, por isso, é a mais afetada por possíveis atrasos no pagamento. Sete empresas foram habilitadas para receber o subsídio do diesel na primeira fase do programa. Segundo a ANP, para liberar o restante é necessário analisar notas fiscais das empresas e organizar o trabalho com a Receita e o Confaz, que reúne as secretarias estaduais de Fazenda. / COLABOROU ANDRÉ BORGES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Falta de chuva afeta produção recorde de energia de Itaipu

No entanto, a produção do 1º semestre ajuda a manter uma alta de 16,4% em relação ao ano passado

A falta de chuvas acima do esperado na Região Sul no segundo semestre deixou para trás o que poderia ser mais um recorde de produção de energia na usina binacional de Itaipu, informou ao Estadão/ Broadcast o superintendente de Operação de Itaipu, Celso Torino. Depois de um primeiro trimestre “extraordinário”, segundo Torino, com recorde de produção de energia elétrica, a hidrelétrica reduziu sua capacidade nos últimos dois meses e deve ficar no máximo entre os cinco melhores anos. “A fotografia deste início do segundo semestre é mais difícil em termos de produção, por escassez de água, do que foi o primeiro semestre”, disse Torino. Segundo o superintendente, o mês de maio foi a pior afluência de água da história de 34 anos de Itaipu, mas a produção do primeiro semestre ajuda a manter ainda uma alta de 1,64% em relação ao ano passado, ou 55,4 milhões o megawatt- hora até domingo. O volume no entanto é 6% inferior ao último recorde, registrado em 2016, de 103 milhões de MWh.

Comparação. “O nosso primeiro semestre foi fantástico e inclusive contribuiu para preservar os reservatórios nacionais, mas em maio a gente percebeu que as aflúências começaram a reduzir de forma relevante”, afirmou. Com isso, a produção deve encerrar o ano em torno dos 95 milhões de MWh, o que ainda garantirá a marca entre as cinco melhores da história da usina. No ano passado, foram produzidos 96,4 milhões de MWh, a quarta melhor performance. A quinta maior produção foi registrada em 2008, de 94,7 milhões de MWh. “Queremos colocar 2018 pelo menos como a quinta melhor produção”, avaliou.

Período seco. Apesar de todo ano as hidrelétricas registrarem queda por conta do período seco, que vai de abril a outubro, Torino classifica a seca deste ano com uma intensidade acima da média. Além disso, observa, o Operador Nacional do Sistema (ONS) vem administrando as aflúências no País para poupar alguns reservatórios de outras hidrelétricas. Outra causa da expectativa frustrada de um novo recorde de produção, de acordo com o Torino, foi a ausência do fenômeno El Niño este ano. “Mesmo que agora seja uma época naturalmente de seca, estamos com uma seca mais intensa do que a média, isso é um fato. Parte disso é que não tivemos El Niño este ano, que traz mais chuvas para a Região Sul”, observou. Para o próximo ano, porém, o superintendente de Operações de Itaipu, prevê que a presença do El Niño pode ajudar a melhorar a performance da usina. “Mensalmente fazemos uma análise de meteorologia e nossa visão é que está havendo uma tendência, tem uns critérios técnicos que já percebemos uma tendência de El Niño para o próximo verão”, previu, lembrando que a Região Sul é beneficiada pelo fenômeno com mais chuvas, mas é neutro para os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste considerado a “caixa d’água” do Brasil.

Nível preocupante. Segundo o boletim preliminar da operação do ONS referente a domingo passado, os reservatórios do sul do País, onde Itaipu está instalada, estavam 50,2% cheios, enquanto os do Sudeste/ Centro-Oeste operavam com 34,7% de capacidade, um nível preocupante, segundo Torino, mas superior ao registrado no mesmo período do ano passado. “Não é um valor que a gente gostaria, mas ele ficou ainda melhor do que na mesma data de 2014 e 2015, que foram bem piores”, explicou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Bruno Santa Rita

Título: Gasolina a R\$ 3,99

Um posto da Estrada Parque Taguatinga (EPTG) acumula fila nas bombas desde ontem. Lá, o litro da gasolina pode ser encontrado a R\$ 3,99. Apesar de ser

apenas R\$ 0,01 mais barato do que em postos das redondezas, vale tudo para manter o orçamento do mês. Ontem, a Petrobras manteve o valor do combustível nas distribuidoras, R\$ 1,9682.

Segundo Marcelo Macedo, 33 anos, gerente de um posto na vizinhança, o preço de R\$ 3,99 é vantajoso para todos, pois movimenta mais a região. “Como os valores estão próximos, quem não quer pegar fila acaba abastecendo aqui também”, afirmou.

Segundo pesquisa do Correio em 30 postos, o valor médio da gasolina nos estabelecimentos visitados diminuiu de R\$ 4,59 para R\$ 4,43, entre os dias 10 e 30 deste mês — queda de R\$ 0,16. Segundo a sócia da área de defesa da concorrência do L.O. Baptista Advogados Patrícia Agra, o preço pode ser um sinal do fim dos efeitos pós-paralisação dos caminhoneiros.

A gestora de relações humanas Meiriele Gonçalves, 30, comemora o preço de Brasília, mas reclama que em outras cidades está mais barato. “Em viagens, vi preços mais baratos, não muito longe daqui”, disse.

** Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira*

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Fabio Graner e Cláudia Schüffner | Do Rio e Brasília

Título: Governo deve renovar o congelamento do diesel

O governo federal deve publicar entre hoje e amanhã um decreto que estabelecerá o novo preço do diesel a ser praticado no país e que deve ser mantido no mesmo nível dos últimos dois meses pelos próximos 30 dias. O **Valor** apurou que o decreto, sobre o qual a equipe do governo trabalhava nos detalhes finais até ontem à noite, valerá até o fim do ano, mas o preço que servirá de base para o cálculo da subvenção do produto, de até R\$ 0,30 por litro, terá atualização mensal.

O programa de subvenção do diesel foi criado em maio, após a greve dos caminhoneiros e, amanhã, termina o primeiro período de 60 dias de congelamento de preços. Desde o fim de maio, quando se iniciou o programa, a petroleira vende diesel nas refinarias ao preço de R\$ 2,0316 o litro.

Até agora, as grandes empresas não receberam pelo subsídio aplicado nas vendas de diesel realizadas nos períodos de 30 de maio a 7 de junho e entre 8 de junho e 7 de julho. Apenas duas empresas de menor porte tiveram suas notas checadas e foram contempladas. Os valores devidos não foram

informados pela Fazenda, que em resposta por e-mail apontou que o cronograma de repasses dos valores devidos é de responsabilidade da ANP.

O **Valor** apurou que o Tesouro aguarda os números a serem apresentados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para realizar o pagamento do subsídio. Por outro lado, o levantamento não é algo simples, já que a autarquia precisa checar as notas fiscais de cada dia apresentadas pelas empresas. E a cada dia, o valor da subvenção varia, limitando-se ao teto de R\$ 0,30. Por exemplo, se o preço de mercado no dia foi de R\$ 2,23 a subvenção foi de R\$ 0,20.

Com isso, o valor da dívida em atraso ainda não seria conhecido, embora o programa tenha custo limitado a R\$ 9,5 bilhões no ano.

Questionado ontem sobre o decreto, o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, disse não saber o que seria decidido e que o assunto não estava vinculado a sua pasta. "O Ministério de Minas e Energia não cuida exatamente desse processo. Esse processo foi conduzido pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério da Casa Civil e pelo Ministério dos Transportes, que são as três áreas do governo que estão diretamente vinculadas a essa questão. Eu creio que, coordenado pela Casa Civil, esses problemas já estão sendo enfrentados e vai ser ter uma solução que seja adequada e negociada", afirmou ele após participar de evento no Rio.

Procurada sobre o assunto, a Petrobras não se manifestou.

Encerrado o período de 60 dias da primeira intervenção do governo nos preços do óleo diesel, o preço médio do litro desse combustível na bomba caiu 12%, considerando-se o preço médio de R\$ 3,828, em 30 de maio, e os R\$ 3,378 coletados dia 28 de julho, último dado disponível no site da ANP.

A autarquia vai publicar amanhã uma resolução com a nova metodologia para o cálculo dos preço de referência do diesel, que vai mudar a cada 30 dias até 31 de dezembro. Serão publicados novos preços para quatro regiões do país.

O decreto do governo estabelecendo o novo preço de comercialização do diesel vai informar o preço máximo de venda do combustível que será fixo até o dia 30 de agosto. A empresa que quiser receber subvenção de até R\$ 0,30 por litro terá que mostrar em nota fiscal que praticou preços subsidiados.

O preço de referência da ANP considerando quatro regiões, e não os pontos praticados em cada ponto de venda, foi criticado pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). Sergio Araújo, presidente da entidade, afirmou que os preços atuais não consideram a paridade de importação e por isso as empresas deixaram de importar em julho.

"Espero que o preço de referência seja ajustado para a paridade de importação, porque hoje ele está abaixo", disse ele.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), acredita que, se o novo preço de referência mantiver a mesma metodologia da resolução anterior, a Petrobras será a única empresa do país que estará importando diesel, situação que já trouxe prejuízos para a estatal no passado.

Pelo cálculo do CBIE, em 30 de maio, o preço de comercialização do diesel foi R\$ 2,03 por litro, e naquela época o preço sem subvenção era de R\$ 2,10. Passados 30 dias, utilizando-se o movimento que aconteceu no mercado internacional, com queda do preço, o diesel estaria custando R\$ 1,997 sem interferência do governo, ou 1,7% abaixo do preço que vigora hoje e está congelado.

"Se fosse mantida a política da Petrobras, o diesel estaria mais barato em 1,7%", diz Pires. "Outra distorção é que o preço de comercialização de R\$ 2,03 está 5% abaixo do mercado internacional, o que explica os problemas enfrentados pelos importadores. Também nesse caso, se tivesse sido mantida a política da Petrobras, os preços estariam abaixo da atual paridade de importação", explicou Pires.

Leonardo Gadotti, presidente da Plural, associação que reúne as distribuidoras com atuação nacional, espera que os novos preços de comercialização não sejam muito diferentes da média atual, já que houve uma queda dos preços do diesel no mercado internacional, acompanhando o petróleo.

"A dificuldade vai ser quando esse programa acabar. E já estamos alertando o governo agora para dar tempo de encontrar uma saída, pois essa bomba não pode ficar armada", diz Gadotti. "Mas, se no final do ano, esse preço na bomba tiver acréscimo por causa da subvenção, o governo vai baixar mais impostos?", questiona o executivo.

O executivo observa ainda que pode acontecer uma situação oposta, com preços internacionais em queda, desobrigando o governo de pagar mais porque o preço internacional reduziu, economizando assim parte dos R\$ 9,5 bilhões reservados para o subsídio. Mas lembra que normalmente no inverno os preços sobem no hemisfério Norte.

A Plural informou que as vendas de diesel aumentaram 1% em junho, depois de uma queda de 0,6% registrada em maio devida à paralisação dos caminhoneiros.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Eletrobras estica para o fim do ano o prazo para privatizar distribuidoras**

s acionistas da Eletrobras aprovaram ontem em assembleia geral extraordinária a prorrogação do período de operação das seis distribuidoras da companhia, de 31 de julho para 31 de dezembro. A medida é fundamental para os planos de privatização das cinco distribuidoras restantes da estatal e para a transferência do controle da Cepisa, do Piauí, para a Equatorial Energia, vencedora do leilão realizado na última semana.

Se a postergação do prazo não fosse aprovada ontem a Eletrobras teria que liquidar as distribuidoras na próxima quarta-feira, com um custo estimado de R\$ 22 bilhões.

Com a decisão, a Eletrobras terá até o fim do ano para privatizar as distribuidoras Amazonas Distribuidora de Energia, Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Ceal (AL). A previsão do BNDES, responsável pela privatização, é realizar o leilão das cinco em 30 de agosto.

As quatro distribuidoras do Norte dependem da aprovação no Senado de um projeto de lei que viabiliza financeiramente as empresas para a privatização. Para a Ceal é preciso derrubar liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski que suspende a privatização da empresa.

Os sindicatos ligados aos funcionários da Eletrobras retomarão esta semana reuniões com senadores, para tentar impedir a aprovação do projeto de lei. "Vamos começar as conversas em Brasília. Temos que focar nas outras empresas que estão para ser vendidas", disse Emanuel Torres, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica e Região do Rio de Janeiro.

A postergação do período de operação na Cepisa foi necessária para dar tempo hábil ao cumprimento de todos os trâmites relativos à transferência do controle da empresa para a Equatorial Energia.

Na assembleia, os acionistas também elegeram Walter Baere de Araújo Filho para uma vaga no conselho de administração. Secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, ele substituiu Esteves Colnago, atual ministro da pasta. Também foram eleitos Eduardo Coutinho Guerra e Márcio Leão Coelho para vagas de titular e suplente no conselho fiscal da empresa, respectivamente.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: ONS reduz para 1,6% previsão de alta do consumo de energia em 2018**

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reduziu a previsão de crescimento do consumo de energia este ano, de 3% para 1,6%. O dado faz parte da 2ª Revisão Quadrimestral do Planejamento Anual da Operação Energética 2018-2022, divulgada ontem pelo órgão, junto com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

De acordo com as entidades, a redução da previsão de consumo de energia este ano, de 68.013 megawatts (MW) médios para 66.645 MW médios, se deve principalmente à queda brusca das expectativas de crescimento econômico do país, a partir de maio deste ano. A projeção anterior das três instituições considerava uma previsão de alta do PIB 2,6% este ano. A nova projeção de aumento do PIB considerada no estudo é de 1,6% - estimativa oficial da equipe econômica.

Segundo o documento, a redução da previsão para este ano também foi impactada pela greve dos caminhoneiros, ocorrida nas duas últimas semanas de maio e que afetou "significativamente a atividade econômica".

Com relação a 2019, as entidades também reduziram, de 3,9% para 3,7% a previsão de crescimento do consumo de energia. A projeção também foi impactada pela revisão da previsão de alta do PIB para aquele ano, de 2,6% para 2,3%.

A greve dos caminhoneiros também foi responsável pela queda de 0,4% do consumo de energia do país em junho, em relação a igual período do ano passado, totalizando 37.791 gigawatts-hora (GWh), de acordo com a EPE. Com relação setor industrial, que responde por quase 40% da demanda total de energia do país, o consumo em junho caiu 3,2%, ante igual mês de 2017, para 13.525 GWh.

"A greve dos caminhoneiros das duas últimas semanas de maio impactou o consumo de energia elétrica das indústrias em maio e junho. A descontinuidade do transporte rodoviário de cargas ajudou a aumentar os estoques de insumos e matérias-primas afetando os custos e a produção industrial", informou a EPE, em relatório.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Prumo avalia participar de leilão de energia este mês**

A Prumo Logística estuda participar do próximo leilão de geração de energia, marcado para 31 de agosto. A licitação, do tipo "A-6", negociará contratos de energia de novos empreendimentos com início de fornecimento em 2024.

"Sim, pensamos [em participar do leilão]. Temos duas térmicas, mais ou menos 3 mil megawatts. Temos licenciado 6.400 megawatts. Então ainda temos 3.400 megawatts para crescer e a nossa intenção é chegar lá", afirmou o presidente da Prumo, José Magela, após participar de cerimônia de assinatura de portaria de outorga para a implantação da termelétrica GNA II, sociedade entre a Prumo, a Siemens e a BP, no Porto do Açu, no Rio.

A térmica GNA II venceu leilão de energia no fim de 2017. O projeto está previsto para entrar em operação em janeiro de 2023. Também no fim do ano passado a empresa teve o aval para a construção da térmica GNA I, que inicialmente seria instalada por outro empreendedor, com outro nome para a usina, no complexo industrial de Suape, em Pernambuco. A GNA I está prevista para entrar em operação em janeiro de 2021. Juntas, as duas térmicas somarão 3 mil MW. "Nos transformamos, em menos de 24 horas, no maior complexo termelétrico da América Latina", disse Magela, lembrando das medidas ocorridas no fim do ano passado.

As duas térmicas deverão consumir 13 milhões de metros cúbicos diários de gás. O energético será fornecido por um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), também da Prumo, que terá capacidade de 21 milhões de metros cúbicos diários e deve entrar em operação em 2020.

De acordo com a companhia, até 2023, estão previstos investimentos de R\$ 8 bilhões nas duas térmicas e no terminal. Apenas a segunda termelétrica demandará R\$ 4 bilhões de investimentos. Segundo Magela, a companhia ainda está tratando do financiamento, que deverá ser dividido entre o BNDES e bancos estrangeiros.

Na cerimônia de assinatura da portaria do **MME** que concedeu a outorga para a termelétrica, o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, fez menção ao empresário Eike Batista, idealizador do Açu. "Não estaríamos aqui se não fosse o talento de Eliezer Batista e sem a ousadia do Eike [Batista]. Não importa o que fez de bom ou de errado, mas estamos aqui muito graças a essas pessoas", afirmou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Linkx pretende duplicar as operações no mercado livre**

Ricardo Ito, sócio da Linkx, diz que, com modelo de seguro, expectativa é de abocanhar um grande nicho de mercado

De olho na tendência de abertura do mercado livre de energia, com a entrada de um número maior de consumidores de porte cada vez menor, a comercializadora Linkx lançou este mês um modelo de seguro de crédito para garantir a contratação de energia sem onerar o preço final do insumo para o cliente. Com a estratégia, a companhia prevê dobrar suas operações no mercado livre, aumentando o volume de energia fornecido para 500 megawatts (MW) médios por mês, em 2019

Hoje, os tomadores de energia precisam de um seguro garantia ou pagar uma fiança bancária para a contratação de energia no mercado livre. Na prática, esse mecanismo gera um custo adicional de 4% ao preço da energia comprada pelo cliente, o que, em alguns casos, inviabiliza a migração do consumidor para o ambiente livre.

Com o modelo adotado pela Linkx, a própria comercializadora firmou um seguro de crédito com a Euler Hermes, subsidiária da Allianz especialista nas áreas de seguro garantia e cobrança, em operação mediada pela CB Capital Corretora. Assim, a Linkx garante a compra de energia pelos clientes. Segundo Ricardo Ito, sócio da comercializadora, o custo final para empresa é de menos de R\$ 1 por megawatt-hora (MWh), mantendo a competitividade da companhia em relação a outras comercializadoras e sem onerar o cliente.

"Fica difícil para ele [consumidor] apresentar essa garantia. E conseguimos fomentar essa viabilidade. Por isso, a nossa expectativa é de abocanhar um grande nicho de mercado. Ainda mais com as novas regulamentações que vão baixar o nível de tensão [exigido para entrar no mercado livre] desses clientes, vai haver uma migração maior de agentes para o mercado, e já estamos antecipando o fomento a esse mercado", disse Ito, ao **Valor**.

"Em termos de operação, já conseguimos uma expectativa projetada para 2019 de dobrar esse volume de energia que transitamos, de 260 MW médios para pelo menos 500 MW médios [por mês]", completou o executivo.

Criada em 2012 por profissionais oriundos dos mercados de energia e financeiro, a Linkx possui faturamento médio anual estimado de R\$ 300

milhões, com uma carteira de mais de 140 clientes, com cerca de 400 pontos de carga.

O mercado livre de energia no Brasil, que completa 20 anos em 2018, movimenta atualmente em torno de R\$ 100 bilhões por ano e conta com cerca de 220 empresas comercializadoras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Resultados da Enel

A Enel Americas, controlada da italiana Enel listada no Chile que reúne os ativos da América Latina, inclusive do Brasil, vieram em linha com o projetado por analistas. As desvalorizações cambiais no Brasil e na Argentina afetaram negativamente os resultados, principalmente no segmento de distribuição de energia. O crescimento nas vendas de energia, por sua vez, ajudou a minimizar esses efeitos. O lucro líquido atribuível aos acionistas da companhia cresceu 95,8% nos primeiros seis meses do ano, para US\$ 403 milhões. A receita, por sua vez, cresceu 23,4%, para US\$ 5,948 bilhões. O Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia cresceu 19,3% entre janeiro e junho, para R\$ 1,652 bilhão.

Outback no Brasil

A Bloomin' Brands, dona da rede de restaurantes Outback, informou ontem que o Brasil foi um dos principais responsáveis pela queda de 24% do lucro líquido global no segundo trimestre, que ficou em US\$ 26,7 milhões. As vendas da companhia americana no mercado brasileiro apresentaram recuo de 6,1% no segundo trimestre em termos comparáveis, quando considerados restaurantes em operação há mais de 12 meses. Nos Estados Unidos, subiram 2,4%, impulsionado pela bandeira Outback, que registrou um aumento de 4% nas vendas. A receita consolidada da companhia ficou praticamente estável, em US\$ 1 bilhão. O lucro operacional recuou 20,3%, para US\$ 33 milhões.

MME / ASCOM .